

ATA DA 747ª SESSÃO PLENÁRIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO
FEDERAL DE ECONOMIA,
REALIZADA NOS DIAS 28 E 29 DE
NOVEMBRO DE 2025, EM
BRASÍLIA-DF.

PARTICIPANTES: Os Economistas: Tania Cristina Teixeira – presidenta; João Manoel Gonçalves Barbosa – vice-presidente; Antonio Corrêa de Lacerda; Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Claudemir Galvani, Flávia Vinhaes Santos, Fabíola Andréa Leite de Paula, Kerssia Preda Kamenach, Lucia dos Santos Garcia, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa, Paulo Hermance Paiva, Paulo Roberto Polli Lobo, Pedro Afonso Gomes e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva – conselheiros federais. Presentes também o conselheiro federal suplente José Luiz Pagnussat e o economista Júlio Miragaya. Presentes, em formato virtual, a conselheira federal Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera e os conselheiros federais Clovis Benoni Meurer e Maurílio Procópio Gomes. Presentes ainda: Aline Tales Ferreira, superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, procurador-geral; Ana Cláudia Ramos Pinto, coordenadora; Renata Reis Almeida, coordenadora de Comunicação; Edna Barroso Machado, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior e Rielisson Barbosa de Moura, assessores; e Jane Lopes da Silva, assessora da Presidência e do Plenário. *(áudio, manhã, 28.11.2025 – 00:03:16 – 01:56:53).*

1. Abertura da Sessão Plenária. 1. Abertura. Às dez horas e dez minutos a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, deu início à reunião.

1.1. Justificativas de ausência. Conselheiros Federais. Elis Braga Licks, impossibilitada por motivos profissionais, substituída pelo conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda. Conselheiro Federal Suplente convidado pelo rodízio: Frednan Bezerra dos Santos.

1.2. Ata das Sessões anteriores: 746ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia, realizada no dia 10 de outubro de 2025, na cidade de Porto Alegre-RS. A minuta da ata foi submetida a apreciação e aprovada após a inclusão dos ajustes propostos.

2. Ordem do Dia. 2.1. Decisões Ad Referendum do Plenário. Relatora economista Tania Cristina, presidenta do Cofecon.

2.1.1 Resolução nº 2.192, de 16/10/2025, prorrogação das inscrições do 4º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas (Processo SEI nº [141100.000181/2025-34](#)). Art. 1º Alterar o art. 4º da Seção III da Resolução 2.187/2025, prorrogando o período de inscrição até 15/11/2025, a fim de garantir um número adequado de inscrições, e pela impossibilidade de convocar o Plenário do Cofecon em tempo hábil para deliberar sobre a matéria. Em votação, aprovada por unanimidade.

2.1.2 Deliberação nº 5.129, de 21/10/2025, homologação dos resultados do 10º Desafio quero ser Economista. (Processo SEI nº [141100.000090/2025-07](#)). A relatora apresentou seu voto no sentido de aprovar a deliberação em razão da necessidade de divulgação dos resultados do concurso, sendo os premiados: 1º Lugar do 10º Desafio quero ser Economista: Maria Vitória Guilherme da Silva; 2º Lugar do 10º Desafio quero ser Economista: Kauane Duffecky Kucinski e 3º Lugar do 10º Desafio quero ser Economista: Natália de Souza Tavares.

2.2. Homologação dos Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia. Votação em caráter de urgência – art. 33 Regimento Interno c/c art. 48 do Normativo Eleitoral. A relatora, presidenta Tania Cristina Teixeira, apresentando sua manifestação preliminar referente à homologação dos dossiês eleitorais, registrou que a legislação do Sistema

Cofecon/Corecons estabelece, de forma expressa, a obrigatoriedade de que essa homologação ocorra na sessão plenária imediatamente anterior à Assembleia de Delegados-Eleitores. Tal determinação consta no Art. 4º da Lei nº 6.537/1978, e no art. 48 da Resolução Cofecon nº 1.981/2017, que regulamenta o processo eleitoral. Desta forma, a 747ª Sessão Plenária tem caráter indispensável para garantir a regularidade e continuidade do processo eleitoral dos Conselhos Regionais. Nesse contexto, submeteu ao Plenário o pedido de aprovação do regime de urgência para apreciação e votação dos dossiês eleitorais listados em pauta, a fim de assegurar o cumprimento das normas eleitorais e do calendário vigente. Com a aprovação unânime do regime de urgência, convidou a presidenta da Comissão Eleitoral do Cofecon, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, para realizar o relato dos dossiês eleitorais. A conselheira apresentou análise da comissão nos seguintes dossiês eleitorais: SEI: 141100.000248/2025-31, Corecon-AL; SEI: 141113.000130/2025-63, CORECON-AM/RR; SEI: 141105.000293/2025-45, CORECON-BA; SEI: 141100.000247/2025-96, CORECON-CE; SEI: 141111.000131/2025-28, CORECON-DF; SEI: [141117.000149/2025-70](#), CORECON-ES; SEI: [141100.000249/2025-85](#), CORECON-GO; SEI: [141115.000070/2025-69](#), CORECON-MA; SEI: [141110.000327/2025-22](#), CORECON-MG; SEI: [141100.000250/2025-18](#), CORECON-MS; SEI: [141114.000125/2025-41](#), CORECON-MT; SEI: [141109.000117/2025-73](#), CORECON-PA/AP; SEI: [141100.000251/2025-54](#), CORECON-PB; SEI: [141103.000770/2025-92](#), CORECON-PE; SEI: [141106.000426/2025-73](#), CORECON-PR; SEI: [141100.000245/2025-05](#), CORECON-RJ; SEI: [141119.000045/2025-45](#), CORECON-RN; SEI: [141124.000088/2025-51](#), CORECON-RO; SEI: [141104.000299/2025-22](#), CORECON-RS; SEI: [141100.000246/2025-41](#), CORECON-SC; SEI: [141116.000127/2025-10](#), CORECON-SE; e SEI: [141125.000332/2025-76](#), CORECON-TO. Todos os processos acima relacionados foram apresentados individualmente. A conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima, membro da Comissão Eleitoral, o parecer de homologação referente ao dossiê SEI nº 141122.000077/2025-91, CORECON-PI, colocado em votação teve a sua aprovação por unanimidade. Os conselheiros votaram pela homologação dos dossiês supramencionados. A Comissão Eleitoral apresentou e obteve aprovação para os dossiês eleitorais de vários Corecons com algumas ressalvas menores relacionadas a questões formais que não afetaram os resultados dos pleitos. O Corecon-PR foi destacado como um modelo a ser seguido em futuros pleitos eleitorais devido à qualidade de sua documentação. No que se refere ao dossiê SEI nº 141102.003989/2025-53, do CORECON-SP, a presidente da comissão eleitoral, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, apresentou seu relatório para aprovação, ocasião em que ocorreram manifestações. O conselheiro Carlos Roberto de Castro apresentou uma representação institucional detalhada alegando irregularidades graves no processo eleitoral em São Paulo, incluindo uso indevido de dados pessoais, propaganda irregular, falhas no sistema de votação e erros da Comissão Eleitoral relacionados aos prazos, argumentando que essas irregularidades comprometeram a lisura e a credibilidade do sistema Cofecon/Corecon. O conselheiro Pedro Afonso Gomes se manifestou em defesa da chapa dois, argumentando que as acusações da chapa uma carecem de provas e que o processo eleitoral foi conduzido de acordo com as normas estabelecidas na resolução nº 1981/2017. Ele explicou que a chapa um não apresentou provas adequadas nem recorreu das decisões da comissão eleitoral, e que alegações sobre uso de dados e grupos do LinkedIn foram anteriormente examinadas e aprovadas pela comissão eleitoral. O conselheiro enfatizou que não houve cerceamento do direito de participação. Esclareceu ainda que não há irregularidades no processo eleitoral e que as alegações de impugnação foram consideradas inadequadas e intempestivas pela Comissão Eleitoral. Após discussões sobre o pedido de vista do conselheiro Paulo Roberto Polli Lobo, a Presidenta deferiu uma concessão de vista por quatro horas até às 16h30, estabelecendo um prazo limite para análise do processo. (áudio, tarde, 28.11.2025 – 00:00:43 – 02:20:34). **3. Continuação Ordem do Dia. 3.1.**

98 *Avaliação de programas de mestrado e doutorado em Economia passíveis de registro e*
99 *regulamentação de campo de atuação profissional: 3.1.1 Mestrado em Economia da*
100 *Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (Processo SEI nº [141102.005603/2025-48](#)); O*
101 *conselheiro Claudemir Galvani apresentou o seu voto para o pedido de registro nos*
102 *seguintes termo: “Trata-se de análise de pedido de registro profissional de egressos do*
103 *Programa de Mestrado em Economia - Área de Tecnologia Financeira, da Fundação*
104 *Getúlio Vargas - FGV de São Paulo, conforme solicitação do CORECON-SP,*
105 *fundamentada na Resolução COFECON nº 2.113/2022. Observo que o parecer jurídico*
106 *nº 158/2025 demonstra cabal atendimento aos requisitos legais, especialmente quanto à*
107 *previsão legal na Resolução COFECON nº 2.113/2022, ao programa devidamente*
108 *reconhecido pela CAPES e MEC, à documentação regular do interessado e à*
109 *conformidade com as exigências procedimentais. O programa em análise - Mestrado em*
110 *Economia da FGV-SP (Código 33014019005P6) - atende aos critérios de qualidade*
111 *acadêmica e reconhecimento institucional necessários para fins de registro profissional*
112 *no Sistema COFECON/CORECON. Concluo, em consonância com o parecer jurídico,*
113 *que a atuação profissional dos egressos deverá ser restrita às respectivas áreas de*
114 *concentração e linhas de pesquisa do programa, nos termos do art. 8º da Resolução nº*
115 *2.113/2022. Pelo exposto, ACOMPANHO o entendimento do Parecer Jurídico nº*
116 *158/2025 e VOTO pela APROVAÇÃO do registro dos egressos do Programa de Mestrado*
117 *em Economia - Área de Tecnologia Financeira -da FGV-SP. O voto do relator foi*
118 *colocado em votação e aprovado por unanimidade. 3.1.2 Mestrado em Economia da*
119 *Universidade Federal do Paraná - UFPR (Processo SEI nº [141106.000597/2025-01](#)); O*
120 *conselheiro Claudemir Galvani apresentou o seu voto no processo nos seguintes*
121 *termos: “Trata de solicitação formulada pelo Corecon/PR, por meio do Ofício nº*
122 *475/2025, visando à obtenção de autorização para registro dos egressos do Programa*
123 *de Mestrado em Economia da UFPR, bem como sobre a regulamentação de seu*
124 *respectivo campo de atuação profissional. O Parecer Jurídico nº 157/2025, emitido pela*
125 *Procuradoria Jurídica do Cofecon, analisou a matéria à luz da Resolução Cofecon nº*
126 *2.113/2022 (atualizada pela Resolução nº 2.132/2023), que disciplina o registro*
127 *profissional de mestres e doutores em Economia. Do relatório constante do parecer,*
128 *verifica-se que o programa em tela – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em*
129 *Economia (Código 40001016051P7) da UFPR (Código 40001015051F0) – é*
130 *reconhecido pela Portaria MEC nº 609, de 18 de março de 2019, e apresenta as seguintes*
131 *áreas de concentração: (i) políticas de desenvolvimento; (ii) economia das organizações e*
132 *investimentos; (iii) desenvolvimento econômico; e (iv) economia de empresas e inovação, com*
133 *Linhas de Pesquisa em "Economia das Organizações e Investimentos". Concluiu o parecer*
134 *pela possibilidade de registro dos egressos do referido programa, nos termos do art. 1º da*
135 *Resolução Cofecon nº 2.113/2022, uma vez que se trata de programa recomendado pela CAPES*
136 *e aprovado pelo CNE/MEC. À vista do exposto, e considerando o fundamento jurídico assentado*
137 *no Parecer Jurídico nº 157/2025, que atesta o atendimento dos requisitos legais e regimentais,*
138 *a existência de recomendação da CAPES para o programa, conforme exigido pela Resolução*
139 *Cofecon nº 2.113/2022, a pertinência das áreas de concentração e linhas de pesquisa do curso*
140 *ao campo de atuação profissional do economista. VOTO FAVORAVELMENTE ao registro dos*
141 *egressos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia da Universidade Federal*
142 *do Paraná, nos termos do art. 3º da Resolução Cofecon nº 2.113/2022. Recomendo que, na fase*
143 *de inscrição perante o Corecon/PR, seja verificada a linha de pesquisa específica do requerente,*
144 *em atenção ao disposto no item 12 do Parecer Jurídico, assegurando-se que o registro reflita*
145 *com precisão a formação obtida”. Voto do relator colocado em votação e aprovado por*
146 *unanimidade. 3.1.3 Mestrado em Economia da Faculdade de Estudos Administrativos de*

Minas Gerais (FEAD) (Processos SEI nº [141110.000295/2025-65](#) e [141102.005382/2025-16](#)); o relator conselheiro Carlos Alberto Safatle apresentou seu voto no seguinte termo: “O presente processo visa analisar o pleito de Clever Murilo Pires para registro profissional de mestre em Economia de Empresas, curso ofertado pela FEAD-MINAS, à luz do despacho jurídico que aponta a existência de processo correlato e questões substantivas sobre a validade do curso para fins de registro no Sistema Cofecon/Corecons. Conforme despacho jurídico anexo aos autos, verifica-se que o presente processo guarda correlação direta com o Processo SEI nº 141110.000295/2025-65. O processo correlato, de idêntica natureza, encontra-se atualmente paralisado desde 23 de julho de 2025, aguardando o atendimento de exigências fundamentais pelo Corecon-MG, a saber: (i) Comprovação da recomendação da CAPES para o programa de mestrado; (ii) Apresentação de informações detalhadas sobre as áreas de concentração e linhas de pesquisa, demonstrando pertinência ao campo de atuação do economista; e (iii) Juntada da grade curricular e histórico escolar do programa para comprovação da estrutura e conteúdo ministrado. Ressalta-se, ainda, que o Parecer Jurídico SEI 0097421 já se manifestou no sentido da impossibilidade de registro dos egressos do mencionado programa de pós-graduação, com base no disposto no art. 1º da Resolução Cofecon nº 2.113, de 2022, uma vez que o curso, reconhecido pela Portaria MEC nº 1.077/2012, não possui recomendação da CAPES – requisito indispensável para o registro no Sistema Cofecon/Corecons. Ante o exposto, e considerando: a) A interligação factual e jurídica entre o presente processo e o Processo SEI nº 141110.000295/2025-65; b) A paralisação do processo correlato aguardando o cumprimento de diligências essenciais para a análise de mérito; e c) O entendimento jurídico consolidado no Parecer SEI 0097421, que indica a inviabilidade do registro face à ausência de recomendação da CAPES, conforme exige a Resolução Cofecon nº 2.113/2022. Dessa forma, voto pelo sobrestamento (suspensão) do presente processo, até que sejam sanadas as pendências identificadas no processo correlato (SEI nº 141110.000295/2025-65) e haja um posicionamento definitivo sobre a validade do curso “Economia de Empresas” da FEAD-MINAS para fins de registro profissional. Submeto o presente voto à apreciação dos demais membros da Plenária do Cofecon”. Voto colocado em apreciação e aprovado por unanimidade. 3.1.4 Doutorado em Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo. (Processo SEI nº [141100.000325/2025-52](#)); O conselheiro Carlos Alberto Safatle apresentou o seu voto no processo nos seguintes termos: Trata-se de processo administrativo instaurado a partir de ofício do Corecon-RJ, destinado a apreciar solicitação de emissão de parecer conclusivo sobre a autorização para registro dos egressos do programa de Doutorado Acadêmico em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, bem como sobre a regulamentação de seu campo de atuação profissional perante o Sistema Cofecon/Corecon. Os autos encontram-se instruídos com a documentação pertinente, incluindo o diploma e histórico escolar do interessado, e foram submetidos à análise desta Comissão de Educação, nos termos do Parecer Jurídico que integra o processo. Conforme destacado no referido Parecer, a matéria é regida pela Resolução Cofecon nº 2.113/2022, que estabelece ser competência do Plenário do Cofecon, auxiliado por suas comissões – em especial a Comissão de Educação –, avaliar e definir quais programas de mestrado e doutorado são passíveis de registro profissional, regulamentando seus respectivos campos de atuação. O Parecer Jurídico salienta, outrossim, que o histórico escolar apresentado demonstra uma grade curricular com disciplinas que, em tese, tangenciam a interface entre o Direito e a Economia (e.g.,

"Estado e Desenvolvimento", "Política de Concorrência e Desenvolvimento"). No entanto, conclui pela imprescindibilidade de uma avaliação técnica específica por parte desta Comissão para verificar a pertinência do curso à área de atuação profissional do economista, conforme preceitua a legislação do Sistema. *Análise e Fundamentação. A Resolução Cofecon nº 2.113/2022 é categórica ao estabelecer que a possibilidade de registro está condicionada aos egressos de programas de mestrado e doutorado em Economia, recomendados pela CAPES. A análise preliminar do programa em questão, "Doutorado Acadêmico em Direito Político e Econômico", indica que se trata de um curso vinculado à grande área do Direito. Embora o componente econômico esteja presente em sua denominação e em algumas disciplinas, a essência do programa e sua vinculação acadêmica primária não são, a priori, a Economia. Para que possamos emitir um parecer conclusivo sobre a viabilidade de registro e a definição de um campo de atuação profissional específico, é imperioso que se tenha clareza sobre os seguintes aspectos, que atualmente não se encontram suficientemente delineados nos autos:*

a) Ementas e Cargas Horárias Detalhadas: A análise superficial das nomenclaturas das disciplinas é insuficiente. Faz-se necessária a análise integral das ementas e respectivas cargas horárias para aferir a profundidade e a abrangência do conteúdo econômico ministrado. b) Área de Avaliação CAPES: É fundamental a identificação precisa da área de avaliação da CAPES à qual o programa está vinculado (se Direito, Economia, ou outra multidisciplinar). c) Definição do Campo de Atuação: Com base na estrutura curricular e na área de concentração, deve-se propor, de forma precisa e delimitada, qual seria o campo de atuação profissional do egresso, sempre ressalvado o disposto no Art. 8º da Resolução 2.113/2022, que veda expressamente o desempenho das atividades privativas dos Economistas. A ausência destes elementos imprescindíveis inviabiliza uma avaliação técnica robusta e legalmente segura por parte desta relatoria, conforme a obrigação que nos foi conferida pela normativa interna. Diante do exposto, e com fundamento no Parecer Jurídico que orienta a remessa dos autos à Comissão de Educação para a necessária análise de mérito, constato a impossibilidade de prosseguir com a avaliação sem os elementos técnicos essenciais supramencionados. Assim, para garantir a regularidade do processo e assegurar uma decisão plenamente fundamentada, manifesto-me pelo retorno dos autos ao Corecon-RJ, para que este, na qualidade de Conselho de origem do pleito, adote as providências necessárias junto à instituição de ensino ou ao interessado, a fim de suprir as diligências aqui apontadas".

Voto colocado em apreciação e aprovado por unanimidade. **4. Processos Administrativos e Contábeis. 4.1. Processos Contábeis: 1. Balancete do 2º trimestre de 2025 do Conselho Regional de Economia.** O presidente da Comissão de Tomada de Contas, Paulo Hermance Paiva apresentou o processo SEI nº 141123.000014/2025-25 (Corecon-AC), sem ressalvas, com a seguinte análise: orçamento 142.000,00, receita 66.973,37 (47,16%), despesa 57.777,39 (40,69%), resultado 9.195,98 e o saldo de caixa 10.182,97. Em votação, aprovado por unanimidade. A conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, integrante da Comissão de Tomada de Contas, apresentou o processo SEI nº 141108.000037/2025-28 (Corecon-CE), com entrega em 18/11/2025. Análise contábil: orçamento 963.007,31(50,85%), despesa 248.390,13 receita 489.740,54 (25,79%), resultado 241.350,41 e saldo de caixa 739.817,32. Em votação, aprovado por unanimidade. **2. Reformulação orçamentária do exercício de 2025 dos Conselhos Regionais de Economia:** O presidente da comissão de tomada de contas, Paulo Hermance Paiva, apresentou os seguintes processos para aprovação: processo SEI nº141104.000398/2025-12 (Corecon-RS) 1ª Reformulação, sem ressalvas. Análise contábil: orçamento inicial: R\$ 2.118.504,00, reformulação no montante de R\$2.214.926,17, decorrente da transposição de saldos entre contas; processo SEI nº 141106.000604/2025-66 (Corecon-PR) 1ª Reformulação,

sem ressalvas. Análise contábil: orçamento inicial: R\$ 2.046,000,00, reformulação no montante de R\$ 2.046,000,00, decorrente da transposição de saldos entre contas; e processo SEI nº 141107.000030/2025-16 (Corecon-SC), 2ª Reformulação, sem ressalvas. Análise contábil: orçamento inicial: R\$ 984.217,05, reformulação no montante de R\$ 984.217,05, decorrente da transposição de saldos entre contas. Em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. A conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou os processos: processo SEI nº 141113.000144/2025-87 (Corecon-AM/RR), 1ª Reformulação, sem ressalvas. Análise contábil: orçamento inicial de R\$1.096.934,24, reformulação no montante de R\$ 1.096.934,24, decorrente de transposição de saldos entre contas; processo SEI nº 141124.000113/2025-05 (Corecon-RO), 1ª reformulação, sem ressalvas. Análise contábil: orçamento inicial: R\$273.488,97, reformulação no montante de R\$273.488,97, decorrente de transposição de saldos entre contas; e processo nº 141117.000194/2025-24 (Corecon-ES), 1ª Reformulação, sem ressalvas. Análise contábil: orçamento inicial: R\$ 830.993,00, reformulação: R\$ 951.830,00 e suplementação de R\$ 120.837,00. Em votação, os processos foram aprovados por unanimidade. Concluindo o item 2 sobre reformulação orçamentária, a conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou, para aprovação, o processo SEI nº 141125.000384/2025-42 (Corecon-TO), 1ª Reformulação, sem ressalvas. Análise contábil: Orçamento Inicial: R\$ 328.869,59, reformulação no montante de R\$ 328.869,59, decorrente de transposição de saldos entre contas. Em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. 3. Proposta Orçamentária do Exercício de 2026 do Conselho Regional de Economia: O presidente da comissão de tomada de contas, Paulo Hermance Paiva apresentou as seguintes propostas orçamentárias para aprovação: processo SEI nº 141100.000332/2025-54 (Cofecon), sem ressalvas, incremento de 2,98%; processo SEI nº 141111.000173/2025-69 (Corecon-DF), sem ressalvas, incremento de 3,32%; processo SEI nº 141106.000618/2025-80 (Corecon-PR), sem ressalvas, incremento de 9,48%; processos colocados em votação e aprovados por unanimidade. Processo SEI nº 141101.000020/2025-31 (Corecon-RJ), sem ressalvas, redução de 2,66%; processo nº SEI 141104.000408/2025-10 (Corecon-RS), sem ressalvas, redução de 10,75%; processo SEI nº 141110.000767/2025-80 (Corecon-MG), sem ressalvas, incremento de 1,86%; processo SEI nº 141102.006145/2025-64 (Corecon-SP), sem ressalvas, incremento de 20%; e processo SEI nº 141107.000031/2025-61 (Corecon-SC), sem ressalvas, incremento de 8,74%. Em votação, aprovados por unanimidade. Na sequência, a conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou seu bloco de processos para aprovação: Processo SEI nº 141109.000139/2025-33 (Corecon-PA/AP), sem ressalvas, incremento de 5,13%; Processo SEI nº 141100.000322/2025-19 (Corecon-GO), sem ressalvas, incremento de 3,64%; Processo SEI nº 141122.000088/2025-71 (Corecon-PI), sem ressalvas, incremento de 6,00%; Processo SEI nº 141113.000188/2025-15 (Corecon-AM/RR), sem ressalvas, redução de 6,13%; Processo SEI nº 141114.000167/2025-81 (Corecon-MT), sem ressalvas, sem incremento ou redução; Processo SEI nº 141105.000406/2025-11 (Corecon-BA), sem ressalvas, incremento de 9,8%; e Processo SEI nº 141117.000211/2025-23 (Corecon-ES), sem ressalvas, redução de 3,89%. Em votação, aprovados por unanimidade. Por fim, a conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou para aprovação os processos: Processo SEI nº 141119.000142/2025-38 (Corecon-RN), sem ressalvas, redução de 6,79%; Processo SEI nº 141108.000034/2025-94 (Corecon-CE), sem ressalvas, incremento de 0,49%; Processo SEI nº 141125.000388/2025-21 (Corecon-TO), sem ressalvas, incremento de 14,02%; e Processo SEI nº 141115.000105/2025-60 (Corecon-MA), sem ressalvas, redução de 28,93%. Em votação, aprovados por unanimidade. 4. Prestação de Contas de Auxílio Financeiro: A conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou dois processos de prestação de contas: Processo SEI nº 141125.000016/2025-02 (Corecon-TO), assunto: 12º Prêmio de Monografia, valor do apoio valor do apoio R\$ 6.000,00, sem ressalvas. Análise contábil: Cofecon R\$ 6.000,00, Corecon/TO R\$ 641,40 e total R\$ 6.641,40. Processo colocado em votação e aprovado por unanimidade. Processo SEI nº 141100.000149/2025-59

(Corecon-PE), 3º Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara, valor do apoio R\$ 6.000,00, sem ressalvas. Análise contábil: Cofecon R\$ 6.000,00, total R\$ 5.682,30 e devolução: 317,70. Durante a discussão sobre a prestação de contas do Corecon- PE, surgiu uma questão sobre a contrapartida, que foi suspensa para análise adicional no dia seguinte. A conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima, apresentou seu voto favorável para aprovação do processo SEI nº 141105.000397/2025-50 (Corecon-BA), assunto: III Encontro da Mulher Economista, valor do apoio R\$ 12.753,76, sem ressalvas. Análise contábil: Cofecon R\$ 12.753,76. Ressarcimento de Passagem: Cofecon R\$ 3.361,991, Corecon/SP R\$ 2.373,69, Corecon/MS R\$ 1.000,00; Corecon/TO R\$ 1.000,00; Corecon/BA R\$ 12.004,23. Total: R\$ 32.493,59. Processo colocado em votação e aprovado por unanimidade. 4.2. Processos Administrativos. *Recurso: Cancelamento de Registro*. Relatora: conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima. A relatora apresentou para aprovação os processos: 1. Processo 141117.000038/2025-63, interessado: Thiago Fernando Seixas Reis de Paula (Corecon-ES), assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto da relatora foi favorável ao conhecimento do recurso e, no mérito, ao seu provimento, reformando assim a decisão do Corecon-ES. Em votação, aprovado por unanimidade; 2. Processo 141102.000027/2025-42, interessado: Rivaldo Jorge Delphim Filho (Corecon-SP), assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto da relatora foi pelo conhecimento e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão do Corecon-SP. Em votação, aprovado por unanimidade. *Recurso - Pedido de Suspensão do Registro*. 3. Processo 141110.000139/2025-02, interessado: José Jamil Adum (Corecon-MG), assunto: Recurso - Pedido de Suspensão do Registro. A relatora apresentou seu voto pelo conhecimento do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão proferida pelo Corecon-MG no sentido de, excepcionalmente, prorrogar a suspensão do registro até 27 de janeiro de 2026. Em votação e aprovado por unanimidade. *Recurso: Cancelamento de Registro*. A relatora, conselheira Maria de Fátima Miranda, apresentou os processos para apreciação, sendo eles: 4. Processo 141102.000288/2025-62, interessado: Roberto Fakhoury Junior (Corecon-SP), assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto da relatora foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão proferida pelo Corecon-SP. Em votação, aprovado por unanimidade; 5. Processo 141104.000234/2025-87, interessada: Gabriela Lippert Vettorello (Corecon-RS), assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto da relatora foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão proferida pelo Corecon-RS. Em votação, aprovado por unanimidade; 6. Processo 141100.000284/2024-13, interessado: Mário Sérgio Luz Moreira (Corecon-SP), assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto da relatora foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão proferida pelo Corecon-SP. Em votação, aprovado por unanimidade. *Recurso - Pedido de Suspensão do Registro*. A relatora, conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva, apresentou os processos: 7. Processo 141100.000146/2025-15, interessado: Jorge Luiz Afonso Pedroza Aniento (Corecon-RJ), assunto: Recurso - Pedido de Suspensão do Registro. A relatora apresentou seu voto pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão proferida pelo Corecon-RJ. Em votação, aprovado por unanimidade. *Recurso: Cancelamento de Registro*. 8. Processo 141104.000238/2025-65, interessado: Bruna Nunes Dellinghausen (Corecon-RS), assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto da relatora foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão proferida pelo Corecon-RS. Em votação, aprovado por unanimidade; 9. Processo 141102.000214/2024-45, interessado: Michael Jorge Alexander (Corecon-SP), assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto da relatora foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão proferida pelo Corecon-SP. Em votação, aprovado por unanimidade. Por fim, o conselheiro Paulo Hermance Paiva apresentou o relatório dos três últimos processos da pauta, todos relacionados a cancelamento de registro. 10. Processo 141102.000288/2024-81.

Interessada: Beatriz Miotto Federico (Corecon-SP), Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto do relator foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar provimento mantendo a decisão proferida pelo Corecon-SP. Em votação, aprovado por unanimidade; 11. Processo 141106.000036/2025-01, Interessado: Eduardo Augusto Kimmel de Oliveira (Corecon-PR), assunto: Recurso - Cancelamento de registro; O voto do relator foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, dar provimento, reformando a decisão proferida pelo Corecon-PR. Em votação, aprovado por unanimidade; 12. Processo 141102.000729/2025-26, interessado: Carlos César Elias (Corecon-SP), assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O voto do relator foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão proferida pelo Corecon-SP. Em votação, aprovado por unanimidade. **5. Expediente. 5.1. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos; Participação em eventos/representação Presidência: Tania Cristina Teixeira.** No dia 24 de outubro de 2025 a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, teve uma reunião em formato virtual com a Presidenta do Conselho Regional de Economia da 13ª Região – AM/RR, Michele Lins Aracaty e Silva, junto à Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER); no dia 25 de novembro de 2025 a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, participou da solenidade de entrega do XIII Prêmio Minas de Economia (PME), na Associação dos Economistas de Economia de Minas Gerais e do Mercado Comum, em Belo Horizonte-MG; nos dias 23 e 24 de novembro de 2025, a presidenta do Cofecon Tania Cristina Teixeira, participou de forma virtual do 14º Fórum Acadêmico de Alto Nível China–América Latina; no dia 27 de novembro de 2025 a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, participou do lançamento do livro comemorativo aos 20 anos do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), no Congresso Nacional, em Brasília-DF. **Participação em eventos/representação Vice-Presidência: João Manoel Gonçalves Barbosa.** Participou da 120ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no dia 24 de outubro de 2025, no Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília-DF; participou da 121ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no dia 25 de novembro de 2025, no Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília-DF. **Participação em eventos: Conselheiros e Colaboradores.** A conselheira Kerssia Preda Kamenach participou do XV Encontro dos Economistas do Centro-Oeste – XV ENEOESTE, com tema “Centro-Oeste e a Nova Fronteira do Desenvolvimento Sustentável”, de 30 a 31 de outubro de 2025, em Campo Grande-MS; o conselheiro Antonio de Pádua Ubirajara e Silva participou do evento “Economia em Perspectiva: Estado, Indústria, Finanças e Desenvolvimento”, realizado no dia 30 de outubro de 2025, no auditório do Corecon-MG, em Belo Horizonte-MG; a conselheira Teresinha de Jesus Ferreira participou da Reunião da Rede do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), no dia 05 de novembro de 2025, em formato virtual; os conselheiros Antonio Corrêa de Lacerda e Gustavo Casseb Pessoti participaram do 40º Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas - ANGE, compondo a mesa de abertura, o evento ocorreu do dia 05 a 07 de novembro de 2025, em Uberlândia-MG; as conselheiras Ana Cláudia Arruda, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Fabíola Andréia Leite de Paula participaram do Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (XXXIII ENE 2025), realizado de 7 a 8 de novembro de 2025, no Hotel Atlanta Plaza, em Recife-PE; o conselheiro Paulo Hermance Paiva também esteve presente no evento; o conselheiro Paulo Dantas da Costa participou do Painel da Reforma Tributária – Metodologia de Cálculo da Alíquota de Referência da CBS, evento realizado pelo Tribunal de Contas da União, no dia 10 de novembro de 2025, em Brasília-

DF; o conselheiro Frednan Bezerra dos Santos participou do painel “Políticas Públicas e Agricultura Familiar”, que integrou a programação da Cúpula dos Povos, evento paralelo à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que ocorreu dos dias 12 a 16 de novembro de 2025, em Belém-PA; o conselheiro José Luiz Pagnussat participou do Seminário “PTLAC – Caminhos para a Justiça Fiscal na América Latina e Caribe”, que ocorreu no dia 25 de novembro de 2025, em Brasília-DF.

5.2. Informes dos conselheiros federais; o conselheiro Paulo Hermance Paiva informou que esteve presente no Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (XXXIII ENE) no dia 8 de novembro de 2025, em Recife-PE; o conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda informou que, no dia 21 de novembro, esteve na Câmara Municipal de São Paulo para participar da premiação de Cidadão Paulistano ao jornalista Luiz Nassif; o conselheiro Claudemir Galvani relatou que nesta semana ocorreu a inauguração da Galeria dos Diretores da FEA/PUC São Paulo. O conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda foi incluído na galeria, recebendo merecida homenagem; a conselheira Kerssia Preda Kamenach participou do XV Encontro dos Economistas do Centro-Oeste – XV ENEOESTE, com tema “Centro-Oeste e a Nova Fronteira do Desenvolvimento Sustentável”, do dia 30 a 31 de outubro de 2025, em Campo Grande-MS; Durante o evento, alguns palestrantes não economistas foram convidados, iniciativa que a conselheira achou interessante por trazer uma perspectiva diferenciada ao debate; a conselheira Lúcia dos Santos Garcia participou de audiências e debates sobre redução da jornada de trabalho, precarização do trabalho e economia solidária, destacando a perspectiva do Cofecon. Ela representará o Cofecon na entrega dos prêmios anuais do Conselho Regional de Economia da 4ª região – RS, no dia 5 de dezembro; a conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima participou de projeto sobre reforma tributária na Universidade Federal de Tocantins; a conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva participou em São Paulo do lançamento do segundo livro do Instituto de Inteligência Econômica, do qual foi uma das autoras, e representou o Cofecon. O livro, de perfil suprapartidário, aborda pensadores da economia brasileira e a trajetória da profissão de economista, incluindo a biografia do professor Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, além de figuras como Maria da Conceição Tavares; o conselheiro Pedro Afonso Gomes informou que no início do mês, o Corecon-SP recebeu o ex-presidente do Corecon-PA/AP Pablo Damasceno, em evento que tem se tornado frequente e tem proporcionado valiosas oportunidades de aprendizado. O conselheiro Pedro Afonso Gomes destacou a importância de que, sempre que possível, os representantes dos Corecons sejam recebidos ao visitarem cidades-sede de outros Conselhos, permitindo a troca de informações sobre a economia regional; a conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou em Pernambuco do XXXIII ENE, um evento qualificado com ampla participação de estudantes e economistas, destacando-se a mesa sobre Mulher Economista e Diversidade, que promoveu debates enriquecedores. Ela também participa mensalmente das reuniões virtuais do MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; o conselheiro Frednan Bezerra dos Santos destacou sua participação no XIII Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal (ENAM), ao lado dos conselheiros Antonio Corrêa Lacerda, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Denise Kassama Franco do Amaral. Ressaltou a importância de participação do Sistema Cofecon/Corecons em debates sobre políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade, citando sua atuação no Maranhão por meio de um núcleo do Corecon na Universidade Federal do Maranhão. O conselheiro Frednan também participou da Cúpula dos Povos, evento paralelo à COP30 com dezenas de países, povos tradicionais e agricultores familiares. Ele destacou a relevância do documento produzido, que

apresenta uma visão de desenvolvimento sustentável centrada nas populações que vivem e conservam a floresta, reforçando a necessidade de integração do Sistema Cofecon/Corecons com movimentos sociais e comunidades tradicionais para construção de políticas públicas mais efetivas; o conselheiro Gustavo Casseb Pessoti informou que o próximo Congresso da Associação Nacional de Curso de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE) será realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista. **Relato do Pedido de Vista – Conselheiro Paulo Roberto Polli Lobo.** O Conselheiro Paulo Roberto Polli Lobo informou que, ao analisar todo o processo desde a publicação do edital das eleições, revisou documentos, e-mails e demais registros para verificar eventuais inconsistências. Durante a análise, chamou atenção o horário de funcionamento informado para o Corecon-SP, indicado no edital como até 17h. Para confirmar, o conselheiro entrou em contato com o Corecon-SP e constatou, por meio da mensagem eletrônica institucional, que o horário de expediente informado era das 9h às 18h. Mesmo considerando a hipótese de que o expediente se encerrasse às 17h, verificou que o protocolo da documentação em questão ocorreu às 17h26, portanto, fora do prazo. Após revisar o processo e não identificar irregularidades adicionais, o conselheiro declarou acompanhar integralmente o voto da relatora, registrando seu posicionamento. Na sequência, o conselheiro Carlos Roberto de Castro apresentou sua declaração de voto. O conselheiro ressaltou que o descumprimento do prazo legal, embora configurado, constitui apenas uma questão administrativa e não tem o efeito de invalidar as irregularidades apontadas no processo. Destacou que todas as irregularidades identificadas permanecem válidas e devem ser consideradas. O conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda também apresentou sua declaração de voto nos seguintes termos: destacou que não estava em julgamento o mérito da questão, mas sim a decisão da Comissão Eleitoral, que apontou: (i) a intempestividade do pleito; (ii) a supressão de instância; e (iii) que as supostas irregularidades alegadas pela chapa um foram devidamente esclarecidas e refutadas pela manifestação do conselheiro Pedro Afonso Gomes, integrante da chapa dois. Registrou, assim, seu posicionamento. Em seguida, a Presidência indagou se havia mais alguma declaração de voto. Não havendo, iniciou-se o regime de votação, com solicitação de chamada nominal para condução do processo. Resultado: 13 (treze) votos a favor: Antonio Corrêa de Lacerda, Claudemir Galvani, Flávia Vinhaes Santos, Fabíola Andréa Leite de Paula, Gustavo Casseb Pessoti, João Manoel Gonçalves Barbosa, Kerssia Preda Kamenach, Lúcia dos Santos Garcia, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Paulo Hermance Paiva, Paulo Roberto Polli Lobo e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva; 4 (quatro) abstenções: Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Pedro Afonso Gomes. (*áudio, manhã, 29.11.2025 – 00:00:07 – 02:04:30*). 4. Prestação de Contas de Auxílio Financeiro: A conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, em atenção à solicitação do conselheiro Pedro Afonso Gomes, os devidos esclarecimentos sobre o Processo SEI nº 141100.000149/2025-59 (Corecon-PE), 3º Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara, valor do apoio R\$ 6.000,00, sem ressalvas. Análise contábil: Cofecon R\$ 6.000,00, total R\$ 5.682,30 e devolução: 317,70. A conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou esclarecimentos sobre a prestação de contas do apoio financeiro de R\$ 6.000,00 concedido pelo Cofecon ao Corecon-PE para custeio de passagens aéreas de participantes do III Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara. Explicou que o Corecon-PE atuou apenas no encaminhamento institucional do pedido, sem contrapartida financeira, sendo a contrapartida exclusivamente institucional e integralmente cumprida pela Abefc – Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara. Detalhou que o valor repassado foi

utilizado exclusivamente na compra de passagens aéreas, totalizando R\$ 5.682,70, restando um saldo de R\$ 317,70 a ser devolvido ao Cofecon, conforme as normas vigentes. Informou que toda a documentação comprobatória foi apresentada e que a aplicação dos recursos ocorreu de forma regular e alinhada ao objetivo aprovado. Concluiu recomendando a aprovação da prestação de contas. O conselheiro Pedro Afonso Gomes declarou-se satisfeito com os esclarecimentos. O processo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 5.3. *Informes dos coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho do Cofecon*; o presidente da Comissão de Tomada de Contas, Paulo Hermance Paiva apresentou o Panorama Econômico-Financeiro do Sistema Cofecon/Corecons, uma ferramenta que integra de forma clara as principais informações orçamentárias e financeiras do Sistema. Agradeceu à presidenta Tania Cristina Teixeira pelo apoio às iniciativas da CTC e pelo incentivo à modernização dos processos de gestão. A Comissão, responsável por aprimorar os mecanismos de controle e fortalecer o monitoramento dos Conselhos Regionais, elaborou este painel para facilitar a análise, ampliar a transparência e melhorar o acompanhamento das informações. Compõem a Comissão os economistas Paulo Hermance Paiva (presidente), Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Maria do Socorro Erculano de Lima (membros efetivos), e Fabíola Andréa Leite de Paula, José Antonio Lutterbach Soares e Maurílio Procópio Gomes (membros suplentes), com a divisão de acompanhamento dos Regionais entre os membros. O painel consolida dados de 2017 ao segundo trimestre de 2025, abrangendo receitas, despesas, saldos financeiros e patrimoniais. Destacou o trabalho do vice-presidente do Cofecon João Manoel Gonçalves Barbosa, responsável pela estruturação da base de dados, e do contador Daniel Soares, que implementou o painel em Power BI, transformando-o em uma ferramenta moderna e útil para análises estratégicas. Agradeceu também à equipe técnica do Cofecon pelo apoio na organização e operacionalização do sistema. Este instrumento reforça compromisso com a transparência, controle, planejamento e melhoria contínua da gestão, oferecendo subsídios para decisões mais qualificadas. Em seguida, convidou o contador Daniel Soares para demonstrar o funcionamento do sistema. A coordenadora da comissão de comunicação, Flávia Vinhaes Santos, apresentou um relatório abrangente das atividades do ano, incluindo eventos institucionais, webinários sobre desafios climáticos e premiações como o Prêmio Personalidade Econômica do Ano. Apresentou o manifesto sobre transição justa e equilíbrio climático, traduzido em várias línguas, incluindo uma língua indígena. A coordenadora da comissão Mulher Economista e Diversidade, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, relatou que o III seminário da Mulher Economista e Diversidade já foi apresentado na última plenária. O quarto evento será realizado em Goiás, com a equipe liderada pela conselheira Kerssia Preda Kamenach. O seminário está previsto para junho, e há a intenção de institucionalizá-lo na grade do Cofecon. Destacou também o avanço dos podcasts sobre diversidade, que têm atraído participação ao vivo e mostram grande potencial para serem realizados regularmente em conjunto com as plenárias. A vice-coordenadora da comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária, Fabíola Andréa Leite de Paula, relatou o Prêmio Paul Singer. Com o resultado próximo da divulgação, teve boa aceitação graças ao fortalecimento da relação com comunidades e Corecons. Mencionou a Semana da Economia Solidária e sugeriu criar um *podcast* sobre o tema. A Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária busca ampliar a participação regional para fortalecer a premiação. O vice-coordenador da Comissão Sustentabilidade Econômica e Ambiental, Frednan Bezerra dos Santos, destacou o empenho da coordenadora Elis Braga Licks na condução das reuniões, que contam com cerca de 30 membros, mas com participação variável. A

conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva, também integrante da comissão, ressaltou o trabalho sobre mineração, que combinou a abordagem acadêmica com aspectos práticos, incluindo denúncias técnicas sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho, baseadas em sua experiência na Agência Nacional de Mineração. A presidente Tania Cristina Teixeira destacou a produção do manifesto e a participação do Cofecon na COP30. A coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Regional, Ana Cláudia Arruda Laprovitera, relatou que o objetivo foi promover um diálogo interestadual com especialistas brasileiros renomados. Desde o início do ano, realizou palestras online e presenciais. No Congresso Brasileiro de Economia, organizou o Fórum Nacional de Desenvolvimento Regional, reunindo bancos regionais e instituições como BNDES, Sudene e Sudam, com a presença de Elias Jabbour. Também ressaltamos a publicação da revista Economistas, parte do nosso plano de trabalho e importante para o debate sobre desenvolvimento regional. Em relação à Comissão de Relacionamento Institucional, o coordenador João Manoel Gonçalves Barbosa informou a participação do Cofecon nas reuniões do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas, que reúne representantes de todos os Conselhos Federais. O coordenador da comissão de Normas e Legislação e vice-coordenador do grupo de trabalho de atualização da legislação Profissional do Economista, Pedro Afonso Gomes, destacou dois projetos de lei em andamento para a atualização da legislação profissional dos economistas, que tramitam junto ao projeto dos contadores. O grupo elaborou uma tabela, assinada pela presidente Tania Cristina Teixeira, para definir quais atividades são exclusivas dos economistas, buscando convencer deputados a favor da aprovação dos projetos. Apesar de dificuldades para reunião direta com deputadas, a Comissão seguirá mobilizando e apresentando o projeto na próxima semana. Já a coordenadora da Comissão de Fiscalização, conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima, informou que o manual de fiscalização foi disponibilizado aos Corecons e que, ainda este ano, haverá um repositório de modelos e um drive com jurisprudências favoráveis. Além disso, está programado um treinamento sobre o plano anual de fiscalização, conforme nova normativa do TCU, com orientação para que os regionais já prestem contas em conformidade a partir de fevereiro. A coordenadora da Comissão Mercado de Trabalho do Economista e Valorização Profissional, conselheira Lúcia dos Santos Garcia, destacou a necessidade de um plano mais efetivo para valorizar a profissão, com foco em normatização, intermediação e formação certificada, além de organizar debates sobre o perfil dos economistas no Brasil. Foi ressaltada a importância de diferenciar a Comissão do Mercado de Trabalho da do Mundo do Trabalho, para melhor atuação. A conselheira Mônica Beraldo Fabrício ressaltou a necessidade de foco em áreas específicas como a economia mineral, exemplificando a falta de informação prática para jovens economistas interessados nessa área. O conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda comentou sobre a relevância do recente Congresso Brasileiro de Economia (CBE), enfatizando a parceria com o BNDES e a importância dos economistas em áreas como economia da educação e economia ecológica, bem como a boa repercussão do evento e o apoio dos bancos públicos. Sobre o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade, a coordenadora Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apontou que o grupo está praticamente parado, mas há planos de reestruturação para o próximo ano, dada a importância do tema para as políticas públicas. Por fim, a Plenária foi encerrada com agradecimentos, orientações sobre a Assembleia de Delegados Eleitores e incentivo à continuidade dos trabalhos nas comissões. **6. Outros Assuntos. 7. Encerramento.** A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, agradeceu a presença de todos e, às 13h, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por

588 mim e pela presidenta da Sessão. Brasília, vinte e nove de novembro de dois mil e vinte
589 e cinco.

590

591 **Econ. Tania Cristina Teixeira**
592 Presidenta do Cofecon

Jane Lopes da Silva
Secretária *ad hoc*